



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: TODOS OS PRESENTES

Em: 15/04/24

José Roberto
Vereador José Roberto Reis Filgueiras
Presidente da Câmara

REQUERIMENTO N.º 148/2024

ENCAMINHAMENTO:

Of.CMU. 089/2024

Em: 16/04/24

*Requer ao Executivo regularização de
normativas referentes aos ACSs e ACEs.*

Senhor José Roberto Reis Filgueiras
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
Nesta.

A vereadora que abaixo assina requer, na forma regimental, o envio de correspondência à Secretária Municipal de Administração, Sra. Mônica Vallone Espósito Marchi, para indicar-lhe a necessidade de realização de estudos técnicos que visem a concessão de auxílio insalubridade e de aposentadoria especial aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias calculado sobre o salário base ou vencimento.

Justificativa:

A lei infraconstitucional n.º 13.342/2016, que alterou a Lei 11.350/2006, ao dispor que o adicional será “calculado sobre o seu vencimento ou salário-base”, não colide com os parágrafos § 9º e 10º, do art. 198, da CF, com a redação da Emenda Constitucional 120/2022, os quais se limitaram a estabelecer o vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias a não menos que 2 (dois) salários mínimos, e o cabimento do adicional de insalubridade, respectivamente. Nesse passo, em Ubá, a partir da sanção da Lei Complementar n.º 224, de 28 de outubro de 2022, os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias passaram a receber piso salarial, em atendimento à Emenda Constitucional.

Todavia, é preciso esclarecer que os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias possuem direito ao adicional de insalubridade, de responsabilidade do ente público ao qual estiver vinculado. E nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento, em julgados recentes, acerca do recebimento do adicional de insalubridade:

**RECURSO DE REVISTA. LEI 13.467/2017. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PERÍODO**



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANTERIOR E POSTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA LEI 13.342/2016. ANEXO 14 DA NR-15 DA PORTARIA 3.124/78 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. A controvérsia cinge-se em se definir se a atividade de agente comunitário de saúde, antes e após a entrada em vigor da Lei 13.342/2016, a qual acrescentou o § 3º ao art. 9º-A da Lei nº 11.350/2006, assegurando aos agentes comunitários de saúde o direito ao adicional de insalubridade, nas hipóteses previstas na aludida lei, tem direito ao pagamento do adicional de insalubridade. 2. O eg. TRT, embora registre que o laudo pericial considerou a atividade de agente comunitária de saúde não insalubre, concluiu que as atividades da reclamante, em visitas domiciliares, acarretam contato com pacientes doentes, portadores de doenças infecto contagiosas, estando, assim, expostas a patologias, nos termos do Anexo 14 da NR 15 da Portaria 3.214/78 do MTE, o que dá ensejo ao pagamento de adicional de insalubridade em grau médio. 3. A causa apresenta transcendência política, nos termos do art. 896-A, § 1º, IV, da CLT, uma vez que a decisão regional contraria a jurisprudência consolidada desta c. Corte no sentido de que, antes da entrada em vigor da Lei 13.342/2016, o trabalho de agente comunitário de saúde, que consiste em realizar visitas residenciais, não autoriza o deferimento do adicional de insalubridade nos termos constantes do Anexo 14 da Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15), e que, após a entrada em vigor da Lei 13.342/2016, **o agente comunitário de saúde faz jus ao adicional de insalubridade desde que haja o exercício de atividades insalubres, de forma habitual e permanente, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente** (§3º do art. 9º-A da Lei nº 11.350/2006), o que não restou demonstrado nos autos. Desse modo, merece reforma o v. acórdão regional tanto no período anterior a entrada em vigor da Lei 13.342/2016, como no período posterior. Recurso de revista conhecido e provido " (RR-20054- 26.2019.5.04.0861, 8ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 27/05/2022).

Ademais, o Tribunal Superior do Trabalho já decidiu quanto ao cálculo para recebimento do adicional de insalubridade, incidindo sobre salário base ou vencimento dos agentes:

RECURSO DE REVISTA. LEIS Nº 13.015/2014 E 13.467/2017. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. LEI 11.350/2006. AGENTES COMUNITÁRIOS E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. AUSÊNCIA DE



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

TRANSCENDÊNCIA. O § 3º do art. 9-A da Lei 11.350/2006, acrescido pela Lei 13.342/2016, **determina que o adicional de insalubridade dos agentes de endemias deve ser calculado sobre o vencimento ou o salário-base**. Assim, considerando que a reclamante é agente comunitária de saúde, aplica-se o disposto no § 3º do art. 9-A da Lei 11.350/2006. Precedentes. Recurso de revista de que não se conhece" (RR-692-94.2020.5.08.0019, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Bastos Balazeiro, DEJT 27/05/2022).

E, de acordo com consulta formulada pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM, cabe aos entes públicos a elaboração de laudos técnicos, confeccionados por profissionais especializados, de forma a estabelecer se o adicional é realmente devido, e qual o grau de insalubridade a ser aplicado, o mínimo (10%), médio (20%) ou máximo (40%), utilizando como parâmetros o estabelecido da NR15, a ser elaborado de forma breve, tendo em vista o reconhecimento do direito pela Constituição Federal.

Para conhecimento, coloco, em anexo, consulta formulada pela Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

Com relação à aposentadoria especial, temos que a Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, trouxe uma novidade para o direito previdenciário:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11:

[...]

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

[...]

Segundo os artigos 3º e 4º da Lei 11.350/2006, que regem as atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, cabe respectivamente:

a) ao Agente Comunitário de Saúde, o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal;

b) ao Agente de Combate às Endemias, o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Assim, até a entrada em vigor da reforma da previdência (EC103/2019) em 13/11/2019, tem direito adquirido a aposentadoria especial, o segurado que tiver trabalhado durante 25 anos no exercício das funções de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, sem previsão de idade mínima.

Nesse sentido, é necessário que a legislação atinente ao agente comunitário de saúde e ao agente de combate às endemias em âmbito municipal esteja em consonância com legislação federal.

Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firma.

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 15 dias de abril de 2024.

VEREADORA ALINE MOREIRA SILVA MELO